

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO  
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900  
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO  
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

**JÚLIO MESQUITA**  
(1891 - 1927)

**JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA**  
(1927 - 1969)

## Diretor Responsável

RUY MESQUITA

## Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

## Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

## Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

## Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

## Editor Chefe

Celso Kinjô

## Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

## Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquit

## Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

## Arrefeceu o ânimo moralizador?

Nem bem cessaram os ecos dos aplausos que os deputados e senadores receberam pelo trabalho realizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento, e o Congresso Nacional já começa a colocar suas manguinhas de fora, justificando os temores que muitas pessoas sérias neste país alimentavam de que os parlamentares poderiam considerar sua missão "saneadora" encerrada.

São já muito claros os indícios de que está arrefecendo o ânimo "moralizador" de que parecia tomado o Congresso Nacional no início dos trabalhos da CPI. Não bastassem os conchavos que livraram muitos parlamentares das investigações e do relatório final e estranhos sumiços de documentos que beneficiaram o deputado José Carlos Aleluia, descobrem-se, agora, "erros" na redação do relatório de Roberto Magalhães, que estão "inocentando" alguns parlamentares e concorrendo para amenizar a culpa de outros.

Depois do relatório publicado, descobriu-se, sem uma explicação plausível, que três deputados que foram incluídos na lista de suspeitos de envolvimento nos negócios especiais do Orçamento, e que deveriam ter suas atuações investigadas mais a fundo — Jesus Tajra (PFL-PI), Jorge Tadeu Mudalem (PMDB-SP) e Pedro Irujo (sem partido-BA) —, não têm culpa nenhuma e eles foram inocentados pela corregedoria da Câmara imediatamente, sem nenhuma nova pericia. Ou o computador do Senado errou ao incluí-los como culpados no relatório ou errou o deputado Roberto Magalhães ao colocá-los na lista. De qualquer forma, eles não poderiam ter sido retirados da lista sem uma investigação sobre o que realmente aconteceu, inclusive no Serviço de Processamento de Dados do Senado, já suspeito de, no caso de José Carlos Aleluia, ter "colaborado" no texto final do relator Magalhães, incluindo coisas lá que não estavam e tirando outras que estavam.

Estranho também é o que aconteceu com o texto do relator Magalhães no capítulo dedicado ao deputado

Manoel Moreira (PMDB-SP). Entre o que redigiu Magalhães e o que saiu no texto final do relatório registrou-se o desaparecimento de cinco páginas com a descrição das operações financeiras de Moreira, o que atenua sensivelmente as culpas do deputado paulista. O sr. Manoel Moreira, pelo visto, continua se beneficiando do apoio de muitos e fiéis amigos para ajudá-lo nos momentos de dificuldades. Um dos mais fiéis seguidores do governador Orestes Quércia, esse Moreira das cinco páginas desaparecidas misteriosamente é a mesma pessoa que conseguiu — uma vez no governo Quércia e outra no governo Fleury — o perdão de dívidas que tinha com o Banespa, de mais de US\$ 300 mil, e ainda que o banco escondesse esses fatos da CPI quando seu sigilo bancário foi quebrado. Se o Congresso não apurar direitinho como o texto de Roberto Magalhães foi deturpado, estará novamente a caminho da desmoralização, como antes da CPI.

Outro sinal de que o ânimo "moralizador" da CPI já está arrefecendo no Congresso é a indicação do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) para presidir a CPI das Empreiteiras. É inadmissível que um homem que não consegue explicar como formou, em poucos anos, saindo praticamente do nada, uma fortuna avaliada hoje em mais de US\$ 100 milhões, seja indicado para comandar as investigações das relações incestuosas entre empreiteiras, governos e Congresso. Ligado à Zona Franca de Manaus e a alguns notórios políticos, o sr. Miranda deveria estar do outro lado do balcão: sendo investigado, não investigando. Bem diz a deputada Bete Azize: dar-lhe a presidência desta CPI é como colocar o cabrito na horta.

Engana-se o Congresso Nacional se pensa que está definitivamente reabilitado com as investigações das falcaturas do Orçamento. Ou o que a CPI apenas aflorou tem seguimento ou as urnas de outubro irão registrar a maior "chacina" eleitoral a que o Brasil já assistiu.